



# **OS DEZ ANOS DA IESOL-UEPG E A CONTRIBUIÇÃO NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PONTA GROSSA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS**

**IX Congreso Internacional Rulescoop**

*Respuesta de la Universidad a las necesidades de la economía social ante los desafíos del mercado*

**Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha,**  
Depart. Geociências-UEPG - IESol-UEPG,  
**Prof. Dr. Adriano da Costa Valadão,**  
IESol-UEPG, Depart. Administração-UNICENTRO.  
**Msc. Alnary Nunes Rocha Filho,**  
IESol-UEPG, Doutorando PPG Geografia – UEPG.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar os resultados obtidos durante os dez anos de funcionamento da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa – IESol/UEPG. Em síntese, a IESol-UEPG tem como objetivo principal acompanhar e assessorar grupos de trabalhadores e trabalhadoras que optam por orientar seu trabalho e sua vida a partir da economia solidária. Seu trabalho tem sido reconhecido ao nível nacional através da aprovação de diversos projetos para apoiar as ações desenvolvidas bem como na publicação de trabalhos sobre economia solidária por seus membros. A análise da história da IESol-UEPG é importante para avaliar em que medida o trabalho de incubação tem correspondido ao projeto a que se propôs, ou seja, de ser disseminador e propulsor da economia solidária em sua região de abrangência. Da mesma forma, os resultados alcançados permitirão compreender se a universidade, especificamente através da incubadora, tem sido capaz de contribuir com a produção de conhecimento capaz de enfrentar a conjuntura de crise em que vivemos, ao mesmo tempo em que consegue intervir na realidade para transformá-la.

## **PALAVRAS CHAVE:**

IESol, economia solidária, universidade, conhecimento, incubação empreendimentos solidários.

## **ÍNDICE:**

1. INTRODUÇÃO
2. PONTA GROSSA E A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS
3. 10 ANOS INCUBANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO DE PONTA GROSSA-PR – A EXPERIÊNCIA DA IESOL.
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## **1. INTRODUÇÃO**

A economia solidária, no Brasil, se consolida a partir de meados da década de 1980, a partir de uma série de experiências na constituição de associações, cooperativas e grupos informais que buscavam uma resposta imediata a problemas concretos da população com vista a geração de emprego e renda. Ela busca suas inspirações em diversas fontes, destacando a luta pelo socialismo utópico do século XIX, como uma nova sociedade que une a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social. (SINGER 2002). Este (re)surgimento da economia solidária está ligado a diversos fatores que podem ser elencados em cinco pontos: 1) presença de grupos com práticas ligadas ao associativismo; 2) existência de organizações e lideranças que representem de forma autêntica os interesses dos grupos; 3) uma gênese na economia popular; 4) trabalho de diversas instituições na sensibilização e apoio ao associativismo; 5) taxas crescentes de desemprego (GAIGER, 2004).

A economia solidária se constitui então em um conjunto de práticas ligadas a diversas categorias sociais que podem ser agrupadas nos 1) empreendimentos solidários; 2) organizações civis de apoio ; 3) órgãos de representação e articulação políticas e 4) órgãos estatais de promoção e fomento à economia solidária (GAIGER, 2013). Entre as organizações civis de apoio destacam-se o papel de organizações não governamentais, igrejas, sindicatos e das universidades. Estas últimas a despeito de em grande parte serem públicas, gozam de uma relativa autonomia no que diz respeito a suas ações. Entre estas ações, grupos de docentes, estudantes e técnicos destas instituições organizam as incubadoras de empreendimentos solidários. As quais, de uma forma geral, tem como objetivo estimular e apoiar os empreendimentos de economia solidária em diversas dimensões incluindo destas ações técnicas até ações de cunho mais político bem como a divulgação e promoção da economia solidária.

Existe toda uma complexa rede de entidades governamentais e não governamentais no Brasil que estão empenhadas na consolidação da economia solidária, no entanto, a sua existência está centrada na força das pessoas, a economia solidária se faz pelos empreendimentos solidários, pela organização das pessoas e pela militância de seu movimento social.

Desta forma, este texto tem como objetivo apresentar e analisar os resultados obtidos durante os dez anos de funcionamento da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa – IESol/UEPG. Destacamos assim, o contexto local de atuação da IESol e os diversos avanços e desafios nestes 10 anos de atuação.

## **2. PONTA GROSSA E A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS**

Ponta Grossa é uma cidade localizada no centro do Estado do Paraná, um dos três estados que compõe a Região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), dista aproximadamente 100 Quilômetros de Curitiba, capital do Estado, atualmente tem 334.500 habitantes (IBGE, 2014), e é a maior cidade da Região dos Campos Gerais, composta por outras 21 cidades, que juntas tem aproximadamente 1.100.000 habitantes. Das 5000 cidades brasileiras é 76ª mais populosa e tem o maior parque industrial do interior do Paraná.

Seu estabelecimento como povoado iniciou-se no Século XIX, por grandes fazendeiros vindos de São Paulo e também do Rio Grande do Sul, que foram atraídos pelos vastos pastos naturais, que dão nome a Região dos Campos Gerais, fazendo do lugar um dos pontos de descanso para as tropas de gados em trânsito entre os dois estados.

A Região dos Campos Gerais, é marcada pelo estabelecimento de latifúndios, grandes senhores de terras que formaram uma aristocracia rural ao tempo do Império do Brasil e perpetuaram a concentração de terras e poder político também ao tempo da República, a partir de 1889.

Essa Região, está contida no que se denomina Região do Paraná Tradicional, através da proposta de Cunha (2006):

Uma divisão regional para o Paraná, disposta em 3 grandes regiões: O Paraná Tradicional, o Norte e o Sudoeste. Segundo o autor, essa regionalização é resultado de três grandes processos histórico-geográficos que definiram a formação territorial do espaço geográfico paranaense. O primeiro marcado pela colonização luso-brasileira que teve dois pontos de partida fundamentais: o litoral de São Paulo e o litoral do Paraná. O segundo que formou a região Norte, oriundo do interior de São Paulo, como expansão da sociedade cafeeira. O terceiro, no Sudoeste, com população oriunda dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esses três grandes processos geraram três trajetórias de desenvolvimento rural com características específicas bem marcadas. No Norte, uma trajetória centrada na substituição do café pela soja e a criação de gado. O Sudoeste pelo mesmo tipo de expansão, mas centrado numa agricultura familiar em pequenos estabelecimentos. Já no Paraná Tradicional, uma dualidade na qual o soja e a criação dominaram a área campestre, e a agricultura familiar, o domínio florestal, onde há pressões do soja, do fumo, dos reflorestamentos e diversos tipos de criação em integração com a indústria. (CUNHA, 2006: 68)

Essas características são importantes, pois se refletem fortemente nas relações de dominação que ainda persistem no Século XXI e também por isso, reflete nos indicadores sociais, econômicos e nas relações de ocupação e de trabalho.

Ponta Grossa é, como dissemos, cidade polo da Região dos Campos Gerais, é a 4ª maior cidade do Estado do Paraná, é considerada a 4ª mais rica também, porém tem um índice de pobreza de 42% (IBGE, 2014), marcada portanto, por uma alta concentração de renda, tendo seus trabalhadores e trabalhadoras a média salarial de aproximadamente R\$ 800,00 (oitocentos reais) por mês ( pouco mais de 250,00 dólares americanos).

A cidade é sede da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, que tem abrangência regional, com diversos campus pelas cidades da Região dos Campos Gerais, o município também abriga um campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR e algumas faculdades privadas, conta com escolas técnicas e também com uma grande rede de ensino fundamental e médio, pública e privada. Porém, a rede pública de ensino fundamental e médio, no final da década de 1970, começou a ter menos investimentos públicos, entre outros motivos, pela grande expansão das escolas privadas, que aprofundou as diferenças de classes sociais, reservando aos filhos dos trabalhadores e trabalhadoras um ensino, em geral, de menor qualidade, tendo poucas exceções de destaque. Isso facilitou a dominação das classes mais abastadas pelas vagas na UEPG, que é pública, gratuita e tem alto índice de qualidade nacional, por isso muito procurada pelas classes dominantes, que em consequência, podiam se qualificar melhor e se apresentar ao mercado de trabalho com muita vantagem. Esse cenário modificou-se um pouco com as políticas públicas de inclusão, através das cotas raciais estabelecidas a partir do ano 2000 e das cotas para alunos oriundos das escolas públicas a partir de 2012.

Dessa maneira, a cidade de Ponta Grossa contém muitos trabalhadores e trabalhadoras com pouca ou nenhuma qualificação profissional específica, que possam alcançar os melhores salários, possui uma grande quantidade de pessoas trabalhando no comércio, com baixos rendimentos e tem uma grande periferia empobrecida que, ou está desempregada, ou ocupada precariamente em subempregos, como os catadores de resíduos sólidos, ou ainda trabalhando por conta própria em algum ramo de vendas de rua, entre outras formas de sobrevivência.

Nesse contexto que, em Setembro do ano de 2005, foi criado o Programa de Extensão Universitária IESol – Incubadora de Empreendimentos Solidários, na UEPG sobre a qual destacamos a seguir.

### **3. 10 ANOS INCUBANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO DE PONTA GROSSA-PR – A EXPERIÊNCIA DA IESOL.**

A Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, foi criada oficialmente, em setembro de 2005, como Programa de Extensão Universitária, a partir de um conjunto de discussões e debates sobre a conjuntura política do Brasil e de Ponta Grossa em relação à Economia Solidária e atuação da universidade. Este debate envolveu diversos professores, alunos, técnicos e colaboradores da UEPG.

Havia passado menos de dois anos da eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2002), e pouco mais de um ano da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (2003), cujo Secretário Nacional é desde o início o Professor Paul Israel Singer, economista da Universidade de São Paulo – USP, e um dos mais próximos colaboradores do Programa de Governo e da campanha presidencial vitoriosa de Lula da Silva. Intelectual e autor de diversos livros sobre o tema da economia solidária, era esse autor um dos mais inspiradores a esse grupo de pessoas que formal ou informalmente se colocavam ao debate político e conjuntural naquele momento histórico do País.

O começo das atividades da IESol, se basearam no estudo e aprofundamento sobre os textos de Singer ou outros autores que tratavam do tema, com um trabalho de aprendizado sobre os princípios da economia solidária, visando a divulgação, organização de grupos de trabalhadores e trabalhadoras e de formação em economia solidária, o conjunto de pessoas que compunham a IESol não era cerca de 12 pessoas, quase todos voluntários que dedicavam parte de seu tempo às atividades da Incubadora, apenas uma funcionária efetiva da UEPG fazia parte do Programa de Extensão. Destaca-se também o acompanhamento da ITCP da UFPR que apoiou, assessorou e capacitou os membros da IESol, numa espécie de incubação de incubadora.

A medida que a demanda da IESol aumentava, a necessidade de produzir conhecimento, não apenas teórico, mas também prático, também aumentava, assim como a necessidade de recursos financeiros, não era possível atender essa demanda apenas com voluntariado. A IESol, como Programa de Extensão e também como Entidade de Apoio à consolidação da economia solidária em Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais necessitava se apropriar dos acessos às primeiras políticas públicas voltadas para a economia solidária que estavam sendo colocadas à disposição, tanto na esfera federal como na esfera estadual.

No primeiro semestre do ano de 2003, o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, criou o Programa Estadual de Economia Solidária no conjunto de programas que integram a Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda, visando interagir com a SENAES, pretendendo também propor políticas públicas ajustadas à realidade paranaense. (ROCHA FILHO, 2010: 31). Foi através deste Programa que a IESol executou seu primeiro projeto com financiamento público, o chamado PLANTEQ, Plano Territorial de Qualificação, entre os meses de Novembro de 2006 e Março de 2007. Esse projeto focava na qualificação profissional de pessoas dentro da linha da economia solidária e também por ramo de atividade.

Nos anos seguintes tanto o Governo do Estado do Paraná, como o Governo Federal, através de diversos meios, lançaram Editais que ofertavam financiamento de projetos focados em ações na linha da economia solidária.

O Ministério da Educação – MEC, abre todos os anos Editais para execução de projetos financiados pelo PROEXT – Programa Nacional de Extensão, que sempre contempla alguma modalidade focada na economia solidária, e a IESol já foi contemplada desde em quatro oportunidades. Variando pouco nos planos de trabalho e muito no valor de recursos aportados, os Projetos sempre puderam contemplar remuneração para Técnicos com formação superior e bolsas para alunos, como também recursos de custeio e de aquisição de equipamentos, inclusive para os grupos de trabalhadores e trabalhadoras incubados.

A SENAES promove a alocação de recursos para Projetos de economia solidária através do PRONINC – Programa Nacional de Apoio as Incubadoras Universitárias o qual passou a ser realizado em parceria com o CNPq -Conselho Nacional de Pesquisas, órgão ligado ao MEC, responsável por estimular a pesquisa científica no Brasil, incluindo o financiamento.

A Petrobras, empresa estatal multinacional brasileira do ramo de petróleo, também abre todos os anos a possibilidade de financiar, na modalidade de patrocínio, projetos sociais de desenvolvimento, que incluem a economia solidária. Assim como o Banco do Brasil e sua fundação, que em 2006 patrocinou o segundo projeto da IESol.

A IESol tem conseguido aprovar projetos regularmente na esfera federal desde 2007, existe sempre um limite na quantidade de projetos a serem aprovados, e portanto, uma disputa entre as entidades que os apresentam, e assim não é todos os anos que se consegue replicar projetos, porém, quando não há contemplação num Edital, invariavelmente há em outro, e dessa maneira a incubadora vai podendo manter-se, com uma equipe eficiente, mesmo com uma dinâmica grande de entrada e saída de membros, mantendo a continuidade das suas atividades. Por outro lado apesar de garantir a manutenção das ações da IESol e de algum apoio aos grupos incubados, a lógica de funcionar através de projetos pode acarretar dificuldades, principalmente a descontinuidade de ações ao término do projeto como já destacaram Brasil; Rocha Filho e Schaurich (2012) ao analisarem os limites e possibilidades da incubação através do caso da própria IESol.

Na esfera estadual, do ano de 2007 a ano de 2010, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, manteve o Programa Universidade Sem Fronteiras – USF, através do qual foram contemplados inúmeros projetos focados na economia solidária, e a IESOL pode executar durante esses anos 7 projetos. A partir de 2011, com a troca de gestão do governo estadual, o Programa foi retirado de pauta, e embora tenha se transformado em Lei no final de 2010, houve uma diminuição enorme do aporte de recursos. Enquanto ainda Programa, executado pelo governo anterior, em 6 anos foram aportados cerca de cinco bilhões de reais, a partir do novo governo foi colocado em orçamento, apenas 50 milhões de reais ao ano. Enquanto no governo anterior existiam mais de um projeto por município paranaense (399 no total), com cerca de 700 projetos, no governo atual os projetos são muito restritos. A abrangência dos projetos, o tamanho das equipes e o que se podia adquirir com os recursos também diminuíram substancialmente, tornando a efetividade dos projetos atuais muito menor.

Destacando-se que apesar dos diversos editais ligados a programas governamentais, os quais apesar de importantes apoios, ainda são pontuais e muitas vezes descontinuados ou atendem apenas a demandas parciais, segundo Brasil; Rocha Filho e Schaurich (2012:21) ainda falta a “efetivação de políticas públicas específicas, apoio estatal e o suporte das ITCPs”.

Financiadores privados, como a CÂRITAS, órgão ligado à Igreja Católica, que mantém o Fundo Nacional Solidário – FNS, financia também pequenos projetos, que variam de sete mil à 50 mil reais por projeto e é também uma parceira importante da IESol.

Dessa maneira, a IESol pode ter uma trajetória bastante dinâmica, podendo contar com alguns recursos financeiros que remuneram técnicos, alunos bolsistas, bancam materiais, equipamentos e instrumentos que garantem o trabalho, tanto administrativo como de

acompanhamento dos grupos incubados. Existe também a contrapartida da UEPG, que de uma maneira ou de outra, apesar de diversas dificuldades, destina um espaço físico para a sede para a IESol, além de fornecer a estrutura de telefonia, internet, materiais de escritório e a possibilidade da utilização do transporte da universidade. Por outro lado, existem dificuldades com a burocracia da Universidade, visto que esta é um órgão público e está sujeita aos controles e procedimentos da legislação pertinente. Apesar de a legislação objetivar um forte controle e garantia da boa utilização dos recursos públicos, faz com que diversos processos levem um tempo demasiado, dificultando a gestão dos recursos disponibilizados (BRASIL, ROCHA FILHO e SCHAURICH, 2012).

Esse é um aspecto importante da trajetória da IESol, que se refere a sua possibilidade de funcionamento, porém, outro aspecto importante, se refere ao aprendizado que a experiência acumulada trouxe para os membros da Incubadora. Essa experiência se concentra principalmente nos membros que podem ser chamados de “núcleo duro”, ou seja, aqueles que estão na Incubadora desde o seu início, ou que a integraram logo após, mas que se mantém nas atividades durante vários anos. Pois, como os projetos têm sempre um determinado tempo para ser cumprido, como também os cursos de graduação tem um tempo determinado de 4 ou 5 anos, há muita mobilidade e troca de alunos e mesmo de técnicos, alguns ficam no exato tempo que o projeto é executado, outros apenas durante o tempo determinado de estágio de seu curso, outros acabam ficando apenas alguns meses. Destacamos que apesar de técnicos e professores que permanecem por um tempo longo e possuem um maior conhecimento teórico e prático na atuação da IESol a mesma prima pela autogestão, buscando a horizontalidade entre todos os seus membros nos processos decisórios. Mesmo com a exigência da figura de um coordenador e entraves institucionais (VALADÃO et al, 2015).

Dessa maneira, a IESOL, tem uma prática de formação contínua, para todos os seus membros, cujos conteúdos vão desde os princípios da economia solidária e sua contextualização histórica, até as práticas de incubação, linguagem e comportamento. Essa prática caracteriza a trajetória da IESOL, que também mantém anualmente, uma vez a cada semestre, um Curso de Extensão em Economia Solidária, aberto a toda a comunidade de Ponta Grossa. Como também, a incubadora se organiza em núcleos de conhecimento, que abrangem desde as questões de participação política, questões jurídicas, comunicação, formação educacional, autogestão, incubação, entre outros temas centrais para o desenvolvimento das atividades.

A IESol, é um Programa de Extensão Universitária, portanto está institucionalizada, mas é composta por militantes da economia solidária, em sua grande maioria, sendo assim, ela também, em certa medida, é participante do Movimento Social da Economia Solidária. E faz parte de uma rede de incubadoras universitárias, a Rede de ITCPs – Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que é composta por mais de 70 universidades brasileiras, a grande maioria são públicas, mas também contém Instituições de Ensino Superior Privadas. As incubadoras dessas universidades, que são filiadas a Rede ITCPs, são chamadas de ITCP, assim a IESol é a ITCP da UEPG.

A Rede de ITCPs tem suas esferas de atuação, nacional, regional e estadual, e dessa maneira tem uma boa influência junto aos governos, tanto estaduais e muito próxima ao Governo Federal (SENAES). Promove eventos regulares, para reuniões e decisões coletivas, programas de formação educacional e, fomenta a pesquisa, sempre visando a consolidação da economia solidária no Brasil.

A IESol, portanto, tem uma trajetória não apenas de trabalho em extensão universitária de organização de trabalhadores e trabalhadoras, trabalho focado na economia solidária, mas também voltado para a produção de conhecimento e ao fomento da participação política, com um olhar especial na desejada transformação econômica e social do Brasil e na América Sul.

Nesta trajetória a IESol já atuou diretamente junto a 21 empreendimentos de economia solidária. Os quais 11 estão ligados ao ramo de artesanato e alimentos; quatro no ramo de reciclagem de resíduos sólidos; três de agricultura camponesa familiar priorizando a produção com nos princípios da agroecologia; uma rede de apoio e articulação de empreendimentos

solidários, uma incubação de território com vistas ao desenvolvimento local de um bairro e o acompanhamento de uma nova incubadora. Destes empreendimentos onze se situam no município de Ponta Grossa e dez em cidades da região ou na cidade de Curitiba. Entre os resultados Abrami et al (2012) ao analisarem o processo de incubação junto a grupos de catadores, destacaram que a melhoria de condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras e sua complementariedade à políticas públicas de combate a vulnerabilidade social.

A IESol inicialmente aplicou uma base metodológica que se desenvolve em três etapas: a pré-incubação, a incubação e a desincubação. Na primeira etapa se desenvolve a aproximação com o empreendimento, verifica-se suas potencialidades, seu grau de interesse na economia solidária, e se desenvolve um diagnóstico participativo com vistas a traçar um plano de ação junto com o grupo e inclui uma formação inicial em economia solidária destacando questões relativas ao associativismo, cooperativismo, autogestão e diversas outras dimensões. A etapa da incubação busca a efetivação do planejamento, com a continuidade da formação política e técnica do grupo, organização do grupo, busca de recursos financeiros ou estruturais para o grupo e diversas outras ações. E finalmente a etapa de desincubação, onde o grupo gradualmente vai se desligando da IESol e já alcançou uma sustentação financeira e o fortalecimento político do grupo.

Com o passar do tempo, esta metodologia foi sendo reavaliada, inclui-se a etapa de pós-incubação, onde a IESol ainda atua junto a estes grupos que através de assessorias e verificações de suas ações e andamento do grupo. Ainda a IESol tem atuado no que pode ser chamado de incubação territorial, na qual não existe um grupo formado a ser incubado, mas estuda-se uma região delimitada e buscando desenvolver as potencialidades locais com base nos princípios da economia solidária.

Com o crescimento da IESol, através da aprovação de diversos projetos a serem executados simultaneamente nos anos de 2014 e 2015, abriu-se uma discussão acerca deste modelo metodológico foram realizadas novas adaptações metodológicas. Foram aprovados para este período um projeto junto a Petrobras através do programa de Desenvolvimento e Cidadania; um projeto de apoio a extensão universitária através do Proedro financiado pelo Ministério de Educação e um projeto de apoio a incubadora através do Proninfe – executado pelo CNPq e SENAES. Esta expansão exigiu uma reorganização da IESol. Esta reorganização que está ligada ao aumento do número de pessoas, avançou na criação de núcleos que atuam em temas específicos e estratégicos que são comuns a diversos grupos.

Também nesta mudança de metodologia, a IESol criou além do formato de incubação, duas novas categorias a de assessoria e acompanhamento. Estas tem como objetivo, atuar junto a grupos com um histórico mais consolidado mas que gostariam de se aprofundar ou avançar em aspectos relacionados a economia solidária. Estas duas se caracterizam basicamente por ser um processo em que o contato e as ações da IESol junto aos empreendimentos são mais pontuais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A IESol tem conseguido apoiar os grupos que acompanha de diversas formas, seja conseguindo algum equipamento necessário ao trabalho do grupo ou apoiando em algum espaço de comercialização ou no acesso a políticas públicas ou mesmo na formação, aprofundando o conhecimento e a prática da economia solidária ou mesmo conhecendo outras experiências. Da mesma forma estes empreendimentos têm buscado um maior protagonismo político principalmente através da participação em conselhos e fóruns ligados a economia solidária, segurança alimentar e outros conselhos. Esse protagonismo inclui a realização de palestras por membros dos empreendimentos em escolas, na própria universidade ou em outros espaços relatando sua experiência com a Economia Solidária.

No que diz respeito a comercialização dois empreendimentos realizam semanalmente uma feira de artesanatos da economia solidária e de produtos agroecológicos nas dependências dos Campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Da mesma forma apoiou a articulação para a constituição de um projeto do Instituto Lixo e Cidadania do Ministério Público do Trabalho-



PR., ligado ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, para a implantação de uma central de materiais recicláveis na região e que oferece um preço melhor pelos resíduos recicláveis do que o baixo preço dos atravessadores.

Entre os principais desafios destacamos os de cunho metodológico, visto que o modelo de pré-incubação – incubação – desincubação é adaptado de um modelo de incubadora tecnológica que visa apenas o desenvolvimento de um negócio e a integração ao mercado. A economia solidária desenvolvida pela IESol, busca se manter em um campo crítico ao modelo de sociedade centrada no capital, e no produtivismo, dessa forma, busca desenvolver uma consciência crítica, ao mesmo tempo que se preocupa com o bem-estar atual das pessoas, o que inclui a geração de renda. Assim não é possível elencar um tempo de incubação que consiga suprir as principais necessidades dos empreendimentos, como consequência, muitos projetos acabam antes dos grupos terem condições de se manter por seus próprios recursos.

Mas, desafio, é a própria essência da Economia Solidária, nascida da vontade de transformar a sociedade, primeiro pela transformação da organização e das relações de trabalho, depois pelas consequências sociais que isso traz, indicando pelo sucesso de suas práticas novas concepções de políticas públicas de desenvolvimento, porém, um desenvolvimento que nasce do micro, do local, de um território, onde o que se considera em primeiro lugar é o ser humano e o bem viver, a harmonia com a natureza e a consciência crítica para o consumo.

Isso por si só já é revolucionário ao ponto de encontrar diversas dificuldades, para além da reorganização do pensamento e das práticas, pois barreiras são colocadas dentro das próprias instituições, das agências de desenvolvimento e dos governos.

Assim, a luta que está posta, necessita das entidades de apoio, da militância e sobretudo da perseverança que se vê nos olhos dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária todos os dias.

## 5. REFERÊNCIAS

ABRAMI, L.D. et al (2015) “A economia solidária como fortalecedora do enfrentamento às condições de vulnerabilidade social”. In: *III CEPIAL – Congresso de Cultura e Educação para a integração da América Latina*, Curitiba, 2012, Curitiba, 2012. disponível em <http://cepiial.org.br/anais/trabalho/240>. Acesso em julho de 2015.

BRASIL, M. S. ; ROCHA FILHO, A. N. ; SCHAURICH, J. R. (2012) . “Limites e possibilidades das incubadoras populares: o caso da incubadora de empreendimentos solidários IESol” - UEPG. In: *III CEPIAL Congresso de Cultura e educação para a integração da América Latina*, CURITIBA. Disponível em <http://cepiial.org.br/anais/trabalho/200>. Acesso em julho de 2015.

CUNHA, L. A. G. (2006) “Paraná: Desenvolvimento Rural e Questão Regional”. *Voos Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guaitacá*. Guarapuava-PR. Vol. 2, n. 1, 68-79.

GAIGER, L.I.G. (2004). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS.

GAIGER, L.I.G. (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira e Ciências Sociais*, v. 28, 211-228.

NICOLADELI, L. S. et al. (2004). *Programa Paranaense de Economia Solidária – P. P. Economia Solidária*. Curitiba: SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, 7 – 49.

ROCHA FILHO, A. N.(2010). *A ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária: Desafios, obstáculos e contradições na construção e organização de uma alternativa de*

*economia solidária*. 2010. 115p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR.

SINGER, Paul.(2002). *Introdução a Economia Solidária*. Editora Perseu Abramo, 1 ed. São Paulo.

VALADÃO, A. C. et al. (2015) “A autogestão em uma incubadora de empreendimentos solidários”. In: *XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro. 1. Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, Lisboa, 806-820. disponível em <http://www.omeuevento.pt/Ficheiros/Livros de Actas CONLAB 2015.pdf> acesso em junho de 2015.